

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Texto para os itens de 1 a 17.

A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de exercício da cidadania e de possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. Sua dinâmica é própria, e é afetada tanto pelo desenvolvimento de seu ciclo vital como pelas políticas econômicas e sociais. A família é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano. Este, por sua vez, é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por fatores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual está inserido.

Segundo Salvador Minuchin, médico e terapeuta familiar, a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas ligadas diretamente às transformações da sociedade, e visa à melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. O sistema familiar muda à medida que a sociedade muda, e todos os que dele participam podem ser afetados por pressões internas e externas.

Com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas ao longo dos tempos, a sociedade está sendo obrigada a reorganizar regras básicas para amparar a nova ordem familiar. No Código Civil de 1916, a família “legítima” era definida apenas pelo casamento oficial. Em janeiro de 2003, começou a vigorar o Novo Código Civil, que incorporou uma série de novidades: a definição de família passou a abranger as unidades formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes; casamento passou a ser definido como uma “comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”; os filhos adotados ou concebidos fora do casamento passaram a ter direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio; a palavra “pessoa” substituiu “homem” e o “pátrio poder” que o pai exercia sobre os filhos passou a ser denominado “poder familiar” e atribuído também à mãe. A Lei do Divórcio, de 1977, atribuía a guarda dos filhos ao cônjuge que não tivesse provocado a separação ou, não havendo acordo, à mãe. Hoje, é concedida a “quem revelar melhores condições para exercê-la”.

Internet: <books.scielo.org>. (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo as ideias do texto, a possibilidade de desenvolvimento pessoal existe ou não, conforme as configurações familiares a que o indivíduo é exposto ao longo da sua formação.
- 2 O conceito de família apresentado no texto, do estudioso Salvador Minuchin, baseia-se nos papéis que as pessoas desempenham no núcleo familiar.
- 3 Infere-se do texto que o processo de mudança das famílias e o da sociedade são inter-relacionados.
- 4 De acordo com as ideias do texto, em diferentes momentos da história do país, a “nova ordem familiar” que surgia era uma decorrência direta das regras estabelecidas nos códigos civis brasileiros.
- 5 O desenvolvimento humano não é um processo estanque, segundo as ideias apresentadas no texto.
- 6 Conclui-se do texto que, com o passar do tempo, o Código Civil brasileiro mudou a ponto de considerar que, atualmente, a mulher é a pessoa mais apta para exercer a guarda dos filhos.

Em relação à estrutura linguística e vocabular do texto, julgue os itens seguintes.

- 7 A expressão “vêm se formando”, no trecho “A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de exercício da cidadania e de possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando.”, poderia ser substituída por **têm se formado**, sem que isso prejudicasse a correção gramatical ou a coerência entre as ideias.
- 8 No período “A família é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano.”, observa-se uma relação de causa e consequência entre as orações.
- 9 O trecho “aspectos mais amplos do contexto social no qual está inserido” poderia ser reescrito, preservando-se a correção gramatical, da seguinte forma: **aspectos mais amplos do contexto social que está inserido**.
- 10 A palavra imbricado é sinônima da palavra “complexo”, que ocorre no texto no trecho a seguir: “a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas ligadas diretamente às transformações da sociedade”.

- 11** O pronome “seus”, no trecho “A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de exercício da cidadania e de possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros”, pode fazer referência tanto aos membros da família quanto aos membros da sociedade.
- 12** A correção gramatical e a coerência entre as ideias do texto seriam mantidas caso a expressão “à medida que”, no trecho “O sistema familiar muda à medida que a sociedade muda”, fosse substituída por **conforme**.
- 13** As aspas foram empregadas no texto para indicar que as expressões destacadas por esse sinal de pontuação foram empregadas originalmente no texto dos códigos civis.
- 14** No período a seguir, o trecho após os dois-pontos funciona como aposto da expressão “uma série de novidades”: “Em janeiro de 2003, começou a vigorar o Novo Código Civil, que incorporou uma série de novidades: a definição de família passou a abranger as unidades formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes; casamento passou a ser definido como uma ‘comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges’; os filhos adotados ou concebidos fora do casamento passaram a ter direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio; a palavra ‘pessoa’ substituiu ‘homem’ e o ‘pátrio poder’ que o pai exercia sobre os filhos passou a ser denominado ‘poder familiar’ e atribuído também à mãe.”
- 15** No trecho “o ‘pátrio poder’ que o pai exercia sobre os filhos passou a ser denominado ‘poder familiar’”, a oração “que o pai exercia sobre os filhos” é adjetiva explicativa com relação à expressão “‘pátrio poder’”.
- 16** A supressão do sinal indicativo de crase no “à” presente em “o ‘pátrio poder’ que o pai exercia sobre os filhos passou a ser denominado ‘poder familiar’ e atribuído também à mãe.” prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 17** No período “A Lei do Divórcio, de 1977, atribuiu a guarda dos filhos ao cônjuge que não tivesse provocado a separação ou, não havendo acordo, à mãe.”, é facultativo o emprego de vírgula logo após “Lei do Divórcio”.

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 18** Em uma comunicação oficial, o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica ou do órgão com quem se quer comunicar.
- 19** A clareza, a concisão, a objetividade, a coesão, a coerência, a precisão, a formalidade, a padronização e o uso da norma padrão da língua portuguesa são atributos da redação oficial.
- 20** O princípio constitucional da impessoalidade abarca a redação de textos oficiais.

Oswaldo possui três cães: Javali; Pretinha; e Zorro. Sabe-se que, entre eles, há um dobermann, um fila-brasileiro e um vira-lata. Considerem-se as afirmações seguintes, sabendo-se que apenas uma delas é verdadeira.

- Javali não é fila-brasileiro.
- Pretinha é fila-brasileiro.
- Zorro não é vira-lata.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21** Javali é um fila-brasileiro.
- 22** Pretinha é um dobermann.
- 23** Zorro é um vira-lata.

Admitindo-se que Júlio dispõe de dois dados de doze faces (d12), sendo um roxo e o outro dourado, numerados de 1 a 12, independentes e equiprováveis. Júlio rolou ambos os dados e anotou os resultados obtidos em cada um deles.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 24** A probabilidade de a soma dos resultados ser ímpar é igual a  $\frac{1}{2}$ .
- 25** A probabilidade de a soma ser exatamente 13 é igual a  $\frac{1}{12}$ .
- 26** Sabendo-se que a soma dos resultados é par, a probabilidade de os dois valores serem idênticos é igual a  $\frac{1}{6}$ .

Admitindo-se que, em uma pesquisa de psicologia clínica, foram registradas as quantidades de sessões de terapia frequentadas por 12 pacientes. Cada sessão custa R\$ 250, com 10 % de desconto para pagamento em dinheiro. A tabela a seguir indica, para cada número de sessões, a frequência de ocorrência.

Nº DE SESSÕES	FREQUÊNCIA
1	4
2	0
3	2
4	5
5	0
6	1

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 27** A média aritmética do número de sessões por paciente é igual a 4.
- 28** A mediana do número de sessões é igual a 3.
- 29** A moda do número de sessões é igual a 4.
- 30** O menor valor arrecadado ao todo com os 12 pacientes é igual a R\$ 9.000.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

No que diz respeito ao Google Meet, aos conceitos de redes de computadores e ao navegador Google Chrome, em sua versão mais recente, julgue os itens seguintes.

- 31 O Google Meet oferece a funcionalidade de levantar a mão virtualmente durante a reunião, permitindo que o participante indique que deseja falar, sem que seja necessário interromper o orador.
- 32 Para usar o Google Meet, é obrigatório instalar um *software* específico no computador, pois o serviço não funciona diretamente pelo navegador.
- 33 Em redes de computadores, a comutação por pacotes permite que os dados sejam divididos e transmitidos por caminhos diferentes, otimizando o uso da rede.
- 34 Em uma rede local (LAN), os dispositivos conectados compartilham recursos e dados entre si, sem a necessidade de conexão com a Internet.
- 35 O Google Chrome salva automaticamente todas as senhas digitadas pelo usuário, mesmo que ele não autorize explicitamente esse salvamento.

---

Quanto ao Google Drive, às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e à computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 36 O Google Drive permite o uso de versões anteriores de arquivos armazenados, o que contribui para a recuperação de documentos alterados indevidamente, mas essa funcionalidade só está disponível em contas institucionais (Google Workspace).
- 37 O Google Drive permite a criação de arquivos diretamente na nuvem por meio de ferramentas integradas, como o Google Documentos, eliminando a necessidade de softwares instalados localmente.
- 38 Embora pragas virtuais como o *ransomware* possam criptografar dados locais, não há risco de impacto em arquivos armazenados em nuvem, já que os serviços de nuvem são totalmente imunes a esse tipo de ameaça.
- 39 Um dos principais riscos do uso da computação em nuvem está relacionado ao modelo de responsabilidade compartilhada, no qual tanto o provedor quanto o cliente têm obrigações distintas quanto à segurança.
- 40 A computação em nuvem exige que todos os dados sejam transferidos para servidores localizados dentro do território nacional, por questões de compatibilidade técnica.

**RASCUNHO**

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em relação à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 41** São considerados atos de improbidade administrativa todos os atos que afrontam a Administração Pública.
- 42** Somente os agentes públicos com vínculo direto com a Administração Pública estão sujeitos às sanções por atos de improbidade.
- 43** A perda patrimonial decorrente da atividade econômica acarretará improbidade administrativa quando for comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.
- 44** Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.
- 45** Apenas as autoridades da Administração Pública podem solicitar a instauração de investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- 46** A sentença proferida na ação de improbidade administrativa deve considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas ao seu cargo.
- 47** As sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de dez anos.
- 48** O denunciante que, sabendo ser inocente o agente público ou terceiro beneficiado, apresentar representação por ato de improbidade estará sujeito apenas à obrigação de indenizar os danos materiais, morais ou à imagem causados ao denunciado.
- 49** Não se aplica, na ação de improbidade administrativa, o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.
- 50** Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades.

Acerca do processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 51** Conforme a Lei nº 9.784/1999, considera-se entidade a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta e da estrutura da administração indireta.
- 52** No processo administrativo, deve-se observar o critério de impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- 53** O processo administrativo pode se iniciar de ofício ou a pedido de autoridade da Administração Pública.
- 54** São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de 18 anos de idade, ressalvada a previsão especial em ato normativo próprio.
- 55** No processo administrativo, é possível a delegação da edição de atos de caráter normativo.

- 56** É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que tenha interesse indireto na matéria.
- 57** Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada.
- 58** As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se apenas mediante impulsão do órgão responsável pelo processo.
- 59** São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
- 60** Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até seis meses para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- 61** Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decidirem recursos administrativos.

No que diz respeito à transparência e ao acesso à informação, julgue os itens a seguir.

- 62** De acordo com a Lei nº 12.527/2011, considera-se integridade a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- 63** É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- 64** É dever dos órgãos e das entidades públicas promover, mediante requerimento, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito das suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- 65** Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e às entidades públicas, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- 66** O órgão ou a entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível quando concordar com a fundamentação da solicitação.
- 67** É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.
- 68** No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 dias, a contar da sua ciência.
- 69** O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se no prazo de dez dias.
- 70** Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que concerne ao direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 71** A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- 72** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.
- 73** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da intervenção.
- 74** É assegurado a todos, mediante o pagamento de taxa específica, o direito de obter certidões em repartições públicas para a defesa de direitos e para o esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- 75** A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, com a idade e com o sexo do apenado.
- 76** O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência apenas do seu advogado.
- 77** O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses dos seus membros ou associados.
- 78** É direito do trabalhador urbano e rural, além de outros que visem à melhoria da sua condição social, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- 79** São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- 80** A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

À luz do direito processual civil, julgue os itens seguintes.

- 81** Os atos e os termos processuais dependem de forma determinada.
- 82** De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
- 83** Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade não produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.
- 84** Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias, despachos e certidões.
- 85** Quando a lei for omissa, o juiz determinará prazo de 15 dias para a prática do ato.
- 86** As citações e as intimações serão nulas quando forem realizadas sem a observância das prescrições legais.
- 87** O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão.
- 88** Suspender-se-á o processo com a interposição do agravo de instrumento.

- 89** A extinção do processo dar-se-á por sentença que resolva o mérito.
- 90** Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, sendo facultado ao juiz, no prazo de 15 dias, retratar-se.
- 91** O juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

Acerca do direito civil, julgue os itens a seguir.

- 92** Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
- 93** As associações são pessoas jurídicas de direito público interno.
- 94** Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação da sua inscrição no registro.
- 95** Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões sempre se tomarão pela maioria de votos dos presentes, independentemente do ato constitutivo.
- 96** Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
- 97** É vedado aplicar às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
- 98** Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- 99** Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- 100** Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e os produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- 101** Os bens públicos dominicais podem ser alienados.
- 102** A validade do negócio jurídico requer apenas objeto lícito, possível, determinado ou determinável.

A respeito do direito administrativo, julgue os itens seguintes.

- 103** Conforme a Lei nº 14.133/2021, agente público é o indivíduo integrante da Administração Pública dotado de poder de decisão.
- 104** Na modalidade diálogo competitivo, o edital deverá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas.
- 105** Nas licitações, o julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes.
- 106** No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação relacionada à capacitação técnico-profissional prescinde da participação direta e pessoal do profissional correspondente na execução do contrato.

- 107** No julgamento da licitação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
- 108** A possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do administrado, corresponde ao princípio da pluralidade de instâncias.
- 109** No que se refere à extinção do ato administrativo, a anulação consiste no seu desfazimento em razão de ilegalidade.
- 110** Convalidação é o ato administrativo que supre o vício existente em um ato ilegal, produzindo efeitos retroativos à data da sua prática.

---

Quanto ao direito tributário, julgue os itens a seguir.

- 111** A dívida ativa da União será apurada e inscrita no Ministério da Fazenda.
- 112** A neutralidade tributária é o princípio segundo o qual a tributação não deve interferir nas decisões econômicas dos agentes, nem distorcer a livre concorrência.
- 113** A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- 114** Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público ou privado, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- 115** A capacidade tributária passiva independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- 116** A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

---

No que diz respeito ao direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 117** As gorjetas não integram a remuneração do empregado. Para todos os efeitos legais, a remuneração do empregado compreende apenas o salário pago pelo empregador como contraprestação pelos serviços prestados.
- 118** A transferência para o período diurno de trabalho não implica a perda do direito ao adicional noturno.

---

No que concerne ao direito processual do trabalho, julgue os itens a seguintes.

- 119** Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a reclamação trabalhista poderá ser apresentada pelo sindicato de classe.
- 120** Conforme a CLT, na audiência de julgamento, não havendo acordo, o reclamado terá 15 minutos para aduzir a sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.



RASCUNHO

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Uma das limitações à liberdade de comunicação social é o respeito devido ao direito à privacidade, à imagem e à intimidade dos indivíduos – valores que passaram a frequentar normas constitucionais com a Carta de 1988. Está expresso, no inciso X do catálogo dos direitos individuais, que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

BRANCO, Paulo Gustavo G.; MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional** – Série IDP – 19ª Edição 2024. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

## Liberdade de comunicação e direito à privacidade na era da informação

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) mudanças de paradigma no tratamento da privacidade e da comunicação social no Brasil com o avanço das novas tecnologias;
- b) efeitos práticos da constitucionalização dos direitos à privacidade, à honra e à imagem; e
- c) conciliação entre a liberdade de expressão e o respeito aos direitos individuais na era da informação.